

## Ata Circunstanciada da 7ª Sessão Ordinária

### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 7ª  
(SÉTIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025.**

**INÍCIO ÀS 15H37MIN**

**TÉRMINO ÀS 17H46MIN**

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está aberta a sessão.

Declaro aberta a inscrição para o comunicado de parlamentares.

Convido o deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

(Assume a presidência a deputada Paula Belmonte.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Concedo a palavra ao deputado Roosevelt.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – Obrigado, deputada Paula Belmonte. Quero cumprimentar os nobres colegas, assessores, a imprensa aqui presente.

Início minha fala agradecendo aos nobres colegas deputados do PL pela confiança. Passo a exercer a liderança do PL na Câmara Legislativa. Agradeço, mais uma vez, ao deputado Thiago Manzoni, ao deputado Joaquim Roriz Neto, pela confiança. Reafirmo nosso compromisso com as pautas do PL, pautas que acreditamos serem assuntos e temas importantes para uma sociedade crescer e se desenvolver de forma sadia.

Outro tema importante que queremos tratar nessa tarde diz respeito ao momento histórico de ontem, quando o governador Ibaneis Rocha encaminhou ao governo federal a proposta de recomposição salarial das forças de segurança do Distrito Federal – Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil. Esteve presente também o deputado Wellington Luiz, nosso presidente, que foi o grande maestro na condução dessas negociações.

Nós parlamentares oriundos da segurança pública – deputado Hermeto, deputada Doutora Jane, deputado Wellington Luiz – vimos tratando disso com o governador há alguns meses. O governador sempre esteve muito sensível e preocupado com a valorização e o reconhecimento das forças de segurança. Mas não é fácil, é um trabalho hercúleo encontrar orçamentos sem comprometer outros serviços públicos da cidade, para valorizar aqueles que saem de suas casas todos os dias com a obrigação e com o compromisso de defender a sociedade, mesmo com o sacrifício de suas vidas.

Ficou latente nos últimos tempos observar os índices de criminalidade, os índices que envolvem a segurança pública, caírem drasticamente. Cito, em especial, os índices que envolvem os crimes contra a vida, os crimes de homicídio, que têm elucidicações de quase 100%. São aqueles que, infelizmente, ocorrem, mas seus índices vêm diminuindo drasticamente, como eu disse anteriormente.

Para vocês terem uma ideia, tanto no Corpo de Bombeiros, como na Polícia Militar e na Polícia Civil, o efetivo existente hoje é o menor da história do Distrito Federal, mas isso não foi motivo nem argumento para que a segurança pública do Distrito Federal tivesse os seus índices piorados. Isso

demonstra a capacidade da nossa segurança pública.

E não posso deixar de citar o nosso secretário de segurança pública, doutor Sandro Avelar, que também coordena o trabalho dessas forças de segurança. Também quero agradecer ao secretário de Economia, Ney Ferraz, a toda a sua equipe, à dupla de Thiagos – um deles é assessor do Ney Ferraz e o nosso secretário de segurança também tem um Thiago. Os dois conduziram todas essas tratativas e os cálculos para que chegássemos a esse momento histórico, que é o encaminhamento dessa proposta que, eu posso dizer, deputado Hermeto, é a maior recomposição salarial da história das forças de segurança do Distrito Federal. Isso recoloca as nossas forças de segurança no local de onde não deveriam ter saído dentro do cenário nacional, como um dos melhores salários do nosso país.

É importante ressaltar que, quando falamos “maior salário do país”, isso diz respeito apenas a considerações numéricas. Se colocarmos ainda fatores como o custo de vida no Distrito Federal, percebemos que estamos muito aquém do cenário nacional. É notório para todos nós que o custo de vida no Distrito Federal é muito alto.

Quero parabenizar o governador Ibaneis, mais uma vez, pelo respeito e pela sensibilidade de entender as pautas importantes da nossa cidade. E o governador crava o seu nome na história, porque tem feito a diferença na infraestrutura da cidade. Vemos obras em todos os lugares. Vemos a diferença na educação: escolas sendo reformadas, uma melhor qualidade de ensino na nossa cidade. Na saúde também temos alguns temas a serem enfrentados, mas vemos que a saúde no Distrito Federal vem caminhando para frente. E com a segurança pública não seria diferente. Como eu disse, temos hoje os menores índices de criminalidade, em especial nos crimes contra a vida. E agora o governador coroa todos nós, profissionais da segurança pública, com essa recomposição salarial.

Gostaria de chamar a atenção dos deputados do PT, deputado Chico Vigilante, deputado Gabriel Magno, e da esquerda de um modo geral, para o fato de que a proposta caminha para o governo federal. Nossa expectativa é que o governo federal respeite a vontade do governador, o que, por consequência, é o respeito à população do Distrito Federal.

A proposta foi encaminhada e sua tramitação passará pelo governo federal. Mas esse trâmite, nós entendemos, é técnico. Esperamos que ela caminhe o quanto antes para o Congresso Nacional, para que possamos fazer, de vez, essa entrega aos nossos servidores profissionais da segurança pública. Existe a possibilidade de essa medida ser feita por medida provisória, o que demonstraria, por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, respeito e consideração com as forças de segurança do Distrito Federal.

Dessa forma, mais uma vez, agradeço ao nosso governador Ibaneis Rocha e reforço a importância de o governo federal tratar esse assunto com seriedade e celeridade, para que possamos entregar aos policiais a tão sonhada reposição salarial.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Obrigada, deputado Roosevelt. É mais do que legítimo esse aumento salarial dos nossos policiais. Para mim é uma grande honra termos a melhor polícia e a segurança pública do Distrito Federal. Por isso, apoiamos a nomeação dos policiais civis e policiais penais, que estão na galeria. É importante esse trabalho que o Distrito Federal realiza. O Distrito Federal, além de ter uma população de quase 3 milhões de habitantes, reúne todos os órgãos federais. É muito importante que tenhamos uma segurança pública cada vez mais reconhecida e atuante.

Também estão presentes na galeria os agentes da saúde, cuja nomeação é fundamental. Vocês têm nosso apoio. Parabéns, mais uma vez, a vocês! Também estão presentes os concursados da Câmara Legislativa e os técnicos de enfermagem, que aguardam nomeação. Parabenizo todos vocês e digo que nosso Distrito Federal tem que ser uma referência. Precisamos dos senhores como servidores públicos, servidores da nossa população. Que Deus abençoe a cada um de vocês!

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, vou falar sobre uma situação que tem de comover a população do Distrito Federal. Estou falando de pacientes que ficam acamados em casa, num programa conhecido como Home Care, criado na época do governo Agnelo. Esse programa permite que as pessoas sejam desinternadas e tratadas em casa. Mas quero falar da gravidade do que está acontecendo com o contrato feito pela Secretaria

de Saúde do Distrito Federal.

Estive ontem com a secretária de Saúde e levei um grupo de mães, deputado Gabriel Magno, porque a situação é muito grave.

Havia uma empresa que prestava o serviço e pagava o piso da enfermagem; a secretaria fez um chamamento, contratou outra empresa – portanto, é um serviço terceirizado –, e essa empresa quarteirizou o serviço. Sabe quanto ela está pagando por dia de trabalho para uma técnica de enfermagem? Cento e quinze reais! Não dá auxílio-alimentação, não dá vale-transporte, não dá absolutamente nenhum suporte para que as pessoas trabalhem.

É uma situação criminoso o que está acontecendo com essa cooperativa. Não cabe cooperativa de serviço na área da saúde. Não cabe, não há por que haver cooperativa de prestação de serviço na área da saúde.

Você que está assistindo a mim, pense comigo: o que é ganhar 115 reais? Não estou falando de 115 reais por hora, mas de 115 reais por dia, por 12 horas, sem auxílio-alimentação. E a cooperativa ainda disse que os pais dos pacientes, as mães têm que alimentar as servidoras que estão lá. A pessoa não tem nem o que comer, como vai alimentar 4 pessoas?

Fizemos ver à secretária ontem que esse contrato tem que ser encerrado imediatamente, pois é criminoso. Vamos acionar o Ministério Público também contra essa cooperativa. Não cabe cooperativa em prestação de serviço de saúde. Não cabe! Não pode haver esse tipo de prestação de serviço na área da saúde. Na verdade, não são cooperativas, são cooperato, como a contratação que se fazia de cortador de cana por meio dos gatos. É a mesma coisa que está acontecendo.

Portanto, queremos o rompimento imediato desse contrato e que as pessoas continuem sendo assistidas em suas casas, mas que os trabalhadores que prestam aquele serviço tenham garantida a dignidade necessária. É disso que precisamos. Para isso, é necessário nomear mais técnicos de enfermagem para a secretaria, para se acabar com as cooperato.

Dito isso, quero falar sobre o ato que o governador fez ontem. Sabe, deputado Hermeto, vossa excelência que é policial, já foi dito aqui que essa é a maior proposta de aumento. Não é! A maior proposta de aumento foi dada quando? No primeiro mandato do presidente Lula, quando era governador do Distrito Federal o José Roberto Arruda. E foi concedido, mas negociado e conversado antes. Portanto, o governador, antes de mandar esse projeto, deveria ter ligado para o presidente da República e conversado com ele.

Durante o governo do Capitão Capiroto, que muitos aqui apoiam, não houve 1 centavo de aumento para as forças policiais.

O governador deveria ter conversado antes de enviar o projeto.

E quero alertar também, deputado Gabriel Magno – vossa excelência é da educação –, que o Fundo Constitucional é usado para manter a segurança, mas também para auxiliar na educação e na saúde do Distrito Federal.

Portanto, o governador que vá dialogar com o presidente da República, mas que não jogue uma bomba dessas no colo dele, para depois dizer, caso não saia, que o presidente é culpado. Se não sair, há um culpado: o governador que não sabe dialogar com o presidente da República.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Obrigada, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Obrigado, presidente.

Deputados, deputadas, boa tarde; boa tarde aos servidores da Câmara Legislativa e a quem nos acompanha da galeria, bem-vindos à Câmara Legislativa do Distrito Federal, contem sempre com o nosso apoio para as nomeações.

Hoje, houve uma discussão no Colégio de Líderes sobre as nomeações na Câmara Legislativa. Em breve, a Mesa Diretora deve informar às pessoas que pleiteiam nomeações as deliberações e pareceres internos da casa relacionados ao tema.

Eu queria começar esse pronunciamento falando de um tema que talvez tenha sido um dos mais mencionados na última semana: a conquista da tarifa zero aos domingos e feriados no Distrito

Federal.

Esse, sem dúvida, é um tema muito importante para o Distrito Federal, fruto de uma luta histórica nesta cidade, que começou com o Movimento Passe Livre, com o movimento estudantil. Eu, lá atrás, pagava meia passagem; depois, a luta do movimento estudantil culminou com a conquista do Passe Livre Estudantil, uma mudança do reconhecimento do transporte público como direito.

Deputado Hermeto, eu já fui candidato 4 vezes – perdi 2 eleições e ganhei 2 –, mas, nas minhas 4 eleições, eu falava da possibilidade da tarifa zero, de que poderia ser uma realidade. O povo me parava na rua e falava: “Fábio, isso aí não vai acontecer, isso não existe, isso é inviável, isso é loucura do PSOL, isso é psolismo radical”. E, agora, nós vemos, implantada aos domingos e feriados, a tarifa zero, fruto da luta de muitas pessoas – inclusive acadêmica, com pesquisas científicas que trabalham o tema da mobilidade urbana –, fruto da luta dos movimentos sociais. Esse é um passo, uma experiência para a possibilidade da tarifa zero como um todo no Distrito Federal – o próprio governador tem falado sobre isso.

Registro que a nossa luta é que haja tarifa zero todos os dias, pois é possível. Sonhávamos lá atrás com essa possibilidade, quando eu distribuía panfletinhos nos bares e fazia campanha na porta da universidade. A minha campanha sempre foi militante – quem nos conhece sabe disso –, nós chegamos com militância, com ativismo ao Poder Legislativo. A tarifa zero pode ser realidade. Um dos motivos pelos quais o governador colocou tarifa zero – é importante falarmos disso hoje – é que o transporte público hoje já tem um subsídio de 70% do seu custo total. Isso é fundamental.

Hoje, 70% do custo total do transporte público do Distrito Federal são financiados diretamente pelo poder público; e 30%, pela tarifa-usuário – aquela paga, no dia a dia, pelo usuário. Isso só nos apresenta que é possível a tarifa zero. Existem inúmeras experiências no país sobre esse tema.

Eu queria também falar a verdade sobre a tarifa zero. Nós não queremos e não aceitamos que a tarifa zero seja tratada de forma oportunista, como moeda de troca. A verdade sobre a tarifa zero precisa ser falada. Vimos, nas eleições municipais, a tarifa zero ser utilizada apenas como tática eleitoral, pois não há um passo efetivo para a implantação desse modelo não tarifário no Brasil, com subsídio geral.

Esse é um elemento importante, porque o governador Ibaneis Rocha, em seu primeiro mandato, mandou um projeto de lei para esta casa para limitar o passe livre, retirando-o de estudantes de faculdades e escolas particulares. Ele mandou esse projeto para esta casa. Foi preciso fazer uma batalha para que ele retirasse o projeto de pauta e preservássemos o passe livre.

O que nós demandamos do Governo do Distrito Federal é que a tarifa zero não seja utilizada como oportunismo eleitoral para esvaziar a pauta, mas que, ao contrário, seja efetivada. Esse é o primeiro alerta sobre o tema.

Deputada Paula Belmonte, presidente da CFGTC, o segundo alerta importante sobre a tarifa zero é que ela não pode virar bolsa-empresário do transporte público. Estamos falando de um sistema hoje subsidiado em 70% pelo poder público, mas sobre o qual não há transparência. O modelo de financiamento dele é o repasse direto da Secretaria de Transporte e Mobilidade para as empresas de transporte, sem transparência nas planilhas. Não sabemos, de fato, os quantitativos relacionados a usuários ou entrada no sistema. Não há transparência. É uma caixa preta! A última CPI sobre transporte público no Distrito Federal já mostrou que ele é uma caixa preta!

Portanto, nós não queremos que a tarifa zero vire uma bolsa-empresário. O governo já falou que não vai aumentar a frota aos domingos, mas que o subsídio vai aumentar entre 30 e 35 milhões de reais. Não estou entendendo! Todo mundo reclama da frota aos domingos e feriados. Se vai haver tarifa zero, é obrigação do governo aumentar a frota aos domingos e feriados! Vai aumentar o subsídio entre 30 e 35 milhões, mas não vai aumentar a frota?

A tarifa zero é uma vitória, uma conquista importantíssima dos movimentos sociais e de todo mundo que luta por outro modelo de transporte e pelo direito à cidade. Não dá para a tarifa zero se transformar na bolsa-empresário.

Infelizmente, hoje, o transporte consome muito da renda das famílias do Distrito Federal. É importante avançarmos num modelo que garanta o direito à mobilidade urbana e que seja reconhecido como direito. O transporte precisa ser reconhecido como direito no Distrito Federal.

Eu queria finalizar agradecendo o trabalho do deputado Max Maciel na presidência da CTMU desta Câmara Legislativa, que tem fiscalizado o sistema, atuado e visitado as empresas, a secretaria e o metrô, trabalhado na fiscalização do sistema e apresentado dados que hoje não existem.

Presidente, eu queria terminar o pronunciamento de hoje dizendo que tarifa zero todos os dias é possível. Esse gesto do governo do Distrito Federal só mostrou que aquilo que temos falado, ao longo dos últimos 20 anos, na luta por passe livre e tarifa zero é verdade e que é possível aplicar a tarifa zero no Distrito Federal.

O nosso gabinete está comprometido com essa luta, como nós temos estado ao longo dos últimos anos, apresentando projetos de lei pelo passe livre para desempregados, pelo passe livre para vítimas de violência, pela ampliação do passe livre estudantil para finais de semana e feriados, entre outros projetos que nós apresentamos aqui. Fica o nosso reforço e o nosso compromisso com essa pauta.

Eu queria, presidente, antes de encerrar o pronunciamento, mudar de assunto para comentar uma pauta sobre a qual o deputado Roosevelt falou e sobre a qual o deputado Hermeto certamente vai falar, que é o reajuste das forças de segurança.

Eu vou falar rapidamente desse assunto, porque me parece que ele é um assunto pautado hoje pela opinião pública, é uma bandeira de campanha do governador Ibaneis Rocha, é uma bandeira dele como governador do DF.

Não dá para brincarmos com nenhuma categoria do serviço público e jogar para a galera. O aumento tem que ser dado por quem tem a caneta na mão para dar o aumento. Jogar para a galera e anunciar aumento sem que tenha havido a devida pactuação só traz uma consequência: quem sai perdendo é a categoria.

É evidente que só quem pode mandar o projeto de lei, a medida provisória, para o aumento dos policiais civis e militares no Distrito Federal é o presidente da República. Não é o governador Ibaneis Rocha. Se o governador está bem-intencionado com o aumento das forças de segurança, ele precisa conversar com o presidente da República e não fazer um ato público antes dessa conversa, porque, se esse aumento não sair, é porque a articulação política não foi feita da forma correta, é porque colocaram o carro na frente dos bois, é porque não dialogaram. E sabe quem sai perdendo? A categoria, porque preferiram fazer palanque eleitoral em vez de dialogar e fazer a articulação política devida.

Eu faço esse discurso para os policiais, porque eles precisam exigir que o governador do Distrito Federal faça a articulação correta. Ele sabe que pode ligar, sentar-se com o presidente da República e negociar, porque hoje a iniciativa para enviar o aumento das forças de segurança é privativa do presidente da República. Não há remendo. O governador do Distrito Federal não pode enviar esse projeto nem medida provisória. Então, não adianta ele anunciar algo para o qual não tem a caneta, não tem o poder na mão.

Todo mundo defende a melhoria das condições dos profissionais de segurança, mas é preciso que haja responsabilidade por parte do governador, senão quem vai sair perdendo lá na frente são as categorias que entraram no meio de uma briga política, no meio de um palanque político e não foram de fato beneficiadas por aquilo que foi prometido.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata, deputado Fábio Félix. Eu acho que realmente existe prudência no que vossa excelência falou. Prudência é uma virtude importante, principalmente com o governo prometendo isso. Tomara que consigamos isso. No que depender de todos nós, com certeza, vamos conseguir, porque é mais do que merecido.

Concedo a palavra ao deputado Pepa.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

DEPUTADO PEPA (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Boa tarde a todas e todos. Boa tarde à galeria, aos policiais civis, a todos vocês. Que Deus abençoe os técnicos de enfermagem, os concursados da Câmara Legislativa.

Hoje venho à tribuna, presidente, para falar sobre um tema que precisa ser, de fato, discutido no Distrito Federal, porque vidas valem muito. Vidas valem muito! Não podemos mais deixar de discutir a duplicação da DF-128, que liga Planaltina-DF a Planaltina de Goiás.

O governador Ibaneis tem dado toda a importância para que a mobilidade da região norte tenha visibilidade e respeito. Quantos empresários não iam para a região norte porque o engarrafamento acontecia na BR-020? Depois de 3, 4, 5, 18 anos sendo restaurada, agora é uma rota de escoamento de produção rural.

Na semana passada aconteceu mais um acidente grave na DF-128, com perda de vida.

Pergunto: quando os órgãos responsáveis pela celeridade desse processo da duplicação da DF-128 vão acordar? Venho falar do Ibram, onde há processo em andamento. Que vidas não sejam mais interrompidas na DF-128, onde muitos moradores de Planaltina de Goiás se deslocam para trabalhar no Distrito Federal. Peço encarecidamente que respeitem a questão ambiental, sim, mas que vidas também sejam respeitadas.

Há 9 comunidades rurais naquela região e há 12 anos a iluminação está precária. Agradeço à CEB Ipes por nos ouvir e restaurar a iluminação daquela via. Peço aos irresponsáveis que furtam os cabos que não interrompam mais a iluminação naquela via.

Este é o meu pedido: preservar a vida de pessoas que se deslocam de Planaltina de Goiás para Planaltina do Distrito Federal e vice-versa. Essas pessoas trabalham, largam suas famílias e vêm ao Distrito Federal buscar o pão de cada dia, mas estão perdendo a vida em um trânsito horrível, em uma via sem condições de ser duplicada.

Que seja duplicada a DF-128!

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Pepa. Vossa excelência tem razão, a situação ali está muito complicada. São muitas vítimas naquela via. Quantas mais terão que falecer antes que o governo tome providências?

Expresso minha solidariedade a mais essa família que, infelizmente, perdeu um ente querido.

Que o Governo do Distrito Federal olhe com muito carinho para aquela via, para que seja duplicada ou aumentada, pois realmente tem havido muitos acidentes fatais.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte, pelo Cidadania.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (Cidadania. Como líder.) – Boa tarde a todos.

Que Deus nos abençoe e abençoe todos os concursados que desejam ser nomeados, pessoas que dedicaram a vida ao concurso. Sabemos que, por trás de cada um dos senhores, há a própria expectativa e a expectativa da família. Ninguém passa em concurso público sem muita dedicação. Caso sejam nomeados – desejamos que o sejam –, saibam que irão cumprir a missão de servir à população. Que Deus abençoe vocês!

Presidente, quero inicialmente expressar minha alegria, hoje, fruto da reunião de líderes.

Como parlamentar – antes deputada federal e, agora, deputada distrital –, venho acompanhando a triste situação do rio Melchior, que abastece o DF e é um local onde a Caesb deposita a água, para que, cada vez mais, haja saneamento básico no Distrito Federal, algo de extrema importância para que as pessoas não adoçam. Saneamento básico e a água potável são essenciais para o ser humano. Entretanto, sabemos que, infelizmente, no Brasil, mais de 100 milhões de pessoas não têm acesso a eles, que são fundamentais.

Graças a Deus, na Câmara dos Deputados, participei da discussão do Marco Legal do Saneamento, que regulamenta o saneamento básico no Brasil e traz oportunidades para que pessoas e empresas possam oferecer esses serviços à população. Esse marco regulatório é muito importante, pois promove concorrência, qualidade e agilidade. Fico muito feliz de ter participado dessa discussão e votado a favor dela.

Hoje, infelizmente, há uma comunidade prejudicada pela poluição no rio. A população bebe água poluída, o que afeta crianças, jovens, adultos e idosos. Há idosos com problema de dor de cabeça, queda de cabelo. Em especial, sofrem as crianças, que, nos seus primeiros anos de vida, já têm problemas de erupções pelo corpo e os dentinhos careados assim que despontam. Precisamos dar dignidade a essa população carente e rural, pois cada ser humano é o amor de alguém.

Hoje, sob a liderança do presidente deputado Wellington Luiz, quero agradecer o fato de termos conseguido, no Colégio de Líderes, a aprovação da instalação de uma CPI. Que possamos trazer para ela parlamentares que tenham como pauta cuidar do ser humano, para que realizemos um trabalho eficiente, que dê dignidade às pessoas daquela região. Fico muito feliz que essa CPI tenha sido aprovada pela Câmara Legislativa.

Que cuidemos cada vez mais do ser humano, das pessoas do Distrito Federal, das nossas nascentes, rios e lagos.

Presidente, o que trago é muito importante para a sustentabilidade do Distrito Federal. No ano passado, houve uma queimada muito grande e perdemos uma boa parte do nosso cerrado, do Parque

Nacional e dos animais.

Hoje, muitas vezes, condomínios que estão sendo feitos por grileiros fazem com que as nascentes morram. Recentemente, em Pirenópolis, uma cidade superbonita, houve uma tempestade e lugares foram alagados porque foram construídos em cima de nascentes. Queremos que haja esse cuidado na ocupação do Distrito Federal.

Por isso, mais uma vez, a Câmara Legislativa se torna importante para a discussão do PDOT, que virá para esta casa. É necessário discutir essa ocupação com mais racionalidade, com mais políticas públicas voltadas à população, as quais garantam dignidade para todo o Distrito Federal, com acesso a saneamento básico e água potável, realidade que não é da cidade toda. Muitas pessoas pensam que, por Brasília contar com a riqueza dos funcionários e servidores públicos, as pessoas vivem em lugares maravilhosos. Infelizmente, essa não é a realidade. No Distrito Federal existe a maior comunidade do Brasil, da América Latina, o Sol Nascente, conhecido como favela do Sol Nascente. Não podemos aceitar isso.

Estamos falando de um lugar muito bonito, com muitas nascentes, e essa regularização é necessária para a dignidade do ser humano. Moradia é um direito fundamental e essencial para a dignidade do ser humano. Vamos lutar muito pela população do Distrito Federal.

Que Deus abençoe todos! Estamos aqui para trabalhar, votar e representar a população do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde a todas as pessoas que nos acompanham nesta sessão ordinária da Câmara Legislativa.

Presidente, eu quero tratar de algumas questões que aconteceram nos últimos dias, muito importantes para a nossa cidade e para o país.

Primeiro, a decisão acertada do Colégio de Líderes, mais cedo – na verdade, não precisaria ser submetida ao Colégio de Líderes por se tratar de um direito constitucional garantido às minorias no parlamento no Brasil inteiro –, que é a publicação, deputado Martins Machado, amanhã, da instalação da CPI do rio Melchior.

Eu quero parabenizar a deputada Paula Belmonte, que é a proponente do requerimento da instalação da CPI, bem como os movimentos sociais que têm atuado diariamente na denúncia dos desmandos e da falta de gestão por parte do poder público, especialmente do Governo do Distrito Federal, que tem contaminado o rio, a região e, principalmente, a população que mora perto, como também a de todo o Distrito Federal, que tem sido contaminada e tem pagado um preço muito caro pela má gestão do Governo do Distrito Federal ao cuidar do nosso meio ambiente. Então, esta casa dá um passo importante nesse sentido.

Quero lembrar que, na fila das CPIs que estão protocoladas, está a CPI do IGESDF e a CPI da Saúde, que precisam avançar, porque aqui, inclusive, hoje, mais uma vez, estão os servidores da saúde pedindo por nomeação. É urgente! São técnicos de enfermagem, agentes de saúde. É fundamental que tenhamos recomposição dos quadros na saúde, que voltemos a ter investimento público, que voltemos a fortalecer o Sistema Único de Saúde, e não é o que estamos vendo, deputado Ricardo Vale, porque cada vez mais o dinheiro está indo para o IGESDF, para a terceirização e para a privatização.

O segundo ponto que quero falar é sobre o orçamento e o serviço público da cidade. O governador Ibaneis anunciou, em um ato público ontem, o reajuste das forças de segurança desta cidade. O deputado Hermeto, que foi o líder – e ainda é – do governo e relator da CPI do 8 de Janeiro, havia indicado no relatório que um dos problemas que permitiu o golpe, além do pacto político que envolveu parte do comando das forças de segurança – que estão sendo indiciadas pelo Ministério Público, é importante dizer isso –, foi a falta de efetivo e o descuido do Governo do Distrito Federal, especialmente do governo Ibaneis e do governo Bolsonaro com as forças de segurança, impondo aos policiais um congelamento salarial e a não nomeação de servidores. E isso consta no relatório do deputado Hermeto: falta de condição de trabalho, baixo efetivo e defasagem salarial, que foram aprofundadas na gestão do Bolsonaro e no primeiro mandato do governo Ibaneis.

É óbvio que o reajuste é justo, é óbvio que o reajuste é legítimo, inclusive necessário para a cidade. Agora, é preciso agir com transparência. O deputado Fábio Félix falou, inclusive, em respeito à categoria, porque, primeiro, quem encaminha o projeto de lei é o presidente da República, e quem vota e delibera é o Congresso Nacional. Nós não temos visto, presidente deputado Ricardo Vale, o

governador do Distrito Federal, Ibaneis, articular uma negociação para que esse reajuste seja, de fato, efetivado – ou é mais um ato do governo para agradar a população, só para, mais uma vez, tirar a sua própria responsabilidade, inclusive do inquérito do Ministério Público, que está indiciando o alto comando das forças de segurança do Distrito Federal por conta da tentativa de golpe no dia 8 de janeiro.

Quero trazer mais um debate, presidente, sobre a gestão do Fundo Constitucional, porque as forças de segurança – por isso que a responsabilidade é do presidente da República e do Congresso Nacional –, a segurança pública do Distrito Federal é integralmente financiada pelo Fundo Constitucional.

Nós temos visto o governador ameaçar, fazer bravata, dizendo que está muito difícil governar, porque o governo federal faz isso ou aquilo. Mas o fundo continua lá preservado e com uma observação importante: em 2023 houve o maior reajuste da história do Fundo Constitucional, 43%. Deputado Thiago Manzoni, houve um reajuste de 43% do Fundo Constitucional em 2023. Isso significou para a educação 2,5 bilhões de reais a mais no orçamento daquilo que era previsto da média do crescimento de 4,5%. Deputado Ricardo Vale, para a saúde significou 2,3 bilhões de reais a mais. Para onde foi esse dinheiro? A educação pública desta cidade não viu para onde foi! As escolas continuam superlotadas, sem estrutura. O Sistema Único de Saúde não viu, falta servidor, não houve nomeação, houve greve dos servidores e não houve reajuste!

Já que o governador Ibaneis se preocupa tanto com esta cidade e concedeu reajuste aos servidores da segurança – o que é justo –, que ele apresente o mesmo índice para os servidores da educação e para os servidores da saúde desta cidade! É o mínimo que pode ser feito! É preciso tratar com respeito a população que está morrendo na fila do hospital, a população que não tem vaga nas creches, que coloca os filhos nas salas superlotadas das escolas públicas desta cidade. Que ele não faça bravata e não jogue para a população, em meio a disputas políticas, temas tão importantes para a nossa cidade.

Quero encerrar, presidente, pedindo esse tempo que me resta. Esses dias, circulou um vídeo do governador Ibaneis dizendo – mais uma vez as bravatas atacando o governo federal, o presidente Lula, o Partido dos Trabalhadores – que o governo dele era um governo em que não havia denúncia, não havia suspeita, um governo limpo, ético e transparente. Eu acho que o governador tem um problema de memória que precisa ser tratado, inclusive com os servidores nomeados no Sistema Único de Saúde, deputado Max Maciel, porque ele esquece que foi no governo dele...

Tenho uma lista e vou apresentá-la: a Secretaria de Administração Penitenciária suspendeu, na semana passada, a licitação da compra de cones no valor de R\$1.450,00 o cone, deputado Ricardo Vale. Essa era a licitação que o governo publicou: R\$1.450,00 um cone, aquele cone laranja e branco. Houve a denúncia e a licitação foi suspensa. Foi no governo dele que o presidente e a diretoria do IGESDF foram presos, além do secretário de Saúde. No governo Ibaneis, houve denúncia de desvio de equipamentos, compra de EPI para outros estados no orçamento secreto, compra de helicóptero, desrespeitando a lei orçamentária.

A lista é grande, mas vou concluir. A Secretaria de Educação do Distrito Federal pagou 9 milhões por cursos que poderiam ter sido feitos de graça pelos professores. Houve um aumento de 250% no número de feminicídios no Distrito Federal, sendo o maior do país. Há falta de investimento em políticas de prevenção. O secretário foi preso na covid. Compra da suíte de 6 milhões do governador com financiamento do BRB, diferentemente do que os servidores públicos e a população têm direito. Aliás, essa denúncia de utilização do BRB como moeda de troca e agente político para fazer disputa política na cidade é recorrente, financiamento em camarotes e tantas outras denúncias envolvendo o BRB.

Reforma em escola pública superfaturada em 279%. O Ministério Público está investigando fraude no aluguel do prédio do ex-governador Paulo Octávio para abrigar a Secretaria de Saúde e o IGESDF. Vários escândalos no Instituto de Gestão Estratégica, como compras superfaturadas e alimentação hospitalar. Vossa excelência, inclusive, na CSA, junto comigo, fiscalizamos várias dessas denúncias. Afastamento recente dos servidores do DER em operações ilegais sobre fiscalização de painéis de LED na cidade, favorecendo alguns empresários. Investigação aberta sobre os contratos de decoração de Natal, além de várias denúncias.

O governador precisa lembrar que, para falar dos outros, ele deve olhar para o próprio governo e corrigir os graves problemas que temos no Distrito Federal, que são muitos. A população tem sofrido muito nesta cidade.

Portanto, presidente, fica aqui o nosso registro e, mais uma vez, o nosso compromisso com esta cidade. Nós vamos brigar e lutar pelo direito da população do Distrito Federal, pela correta aplicação dos recursos públicos e pelas investigações necessárias.

Reforço, mais uma vez, o desafio: se o governador Ibaneis gosta tanto do Distrito Federal, que ele apresente para os servidores da saúde e da educação o mesmo reajuste que está apresentando para os servidores da segurança pública.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Gabriel Magno. Um cone que custa 1.300 reais? É um cone de ouro!

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, meus colegas parlamentares. Eu estava ausente, mas estou retornando hoje.

Agradeço a confiança do governador ao me reconduzir à liderança do governo. Agradeço aos meus pares, presidente, a todos os senhores, aos funcionários e servidores da Câmara Legislativa.

Quero começar, presidente, expressando a grande satisfação que sinto hoje nesta tarde, na Câmara Legislativa. O governador Ibaneis recuperou, ontem, a autoestima das forças de segurança – da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar. Ao realizar a equiparação salarial, o governador fez justiça às forças de segurança. A Polícia Militar já foi a mais bem paga do país, assim como a Polícia Civil. Hoje, ela ocupa a décima quarta posição, deputado Fábio Félix. Nós sabemos o custo de vida que é morar em Brasília, que é bem diferente de morar no Nordeste ou em outras cidades. Portanto, presidente, o governador vai conversar com o presidente da República.

O Fundo Constitucional é um direito do Distrito Federal e está na Constituição. Fizemos o dever de casa, realizamos todos os cálculos, economizamos, e as finanças do governo estão todas enxutas. Por isso, o governo teve condições, deputado Gabriel Magno, de implementar esse reajuste.

Eu gostaria de mencionar o deputado Chico Vigilante, que falou sobre o maior índice de aumento ter ocorrido no governo Lula. Na época do governador Arruda, não foi um aumento, deputado Chico Vigilante. O presidente Lula sempre foi sensível à segurança pública e ao Distrito Federal. Ele assinou a reestruturação da Lei nº 12.086, que promoveu milhares de policiais militares; porque, antes, os policiais entravam como soldados e se aposentavam como cabos jurunas, sem ascensão. O presidente Lula realmente fez isso. Lembro como se fosse hoje: o governador Arruda reuniu todos os policiais fardados no ginásio Nilson Nelson – milhares de policiais –, e o presidente Lula foi lá e sancionou a lei.

O presidente Lula vai, sim, aprovar esse reajuste, porque é um homem sensível. Tenho certeza absoluta de que a bancada dos deputados e senadores do Distrito Federal trabalhará junto ao presidente da República para isso. O presidente Lula tem um carinho especial por Brasília.

Essa guerra ideológica um dia – este é o meu maior sonho – vai acabar, para não destruir o país. Eu não sou da União Soviética; o outro não é da Rússia; o outro não é da Ucrânia. Nós somos brasileiros. Eu sempre disse: eu torço para o Brasil dar certo. Torço para que este governo dê certo, porque, dando certo, isso melhora a vida de todos. Há alternância no poder. Hoje, está o PT; amanhã, o MDB; depois, o PL. É assim que funciona a democracia. Ninguém é inimigo de ninguém. Podemos ser adversários políticos momentâneos, mas inimigos!

Vejo pessoas brigando. Pais brigando com filhos, irmãos brigando entre si, porque um é fulano e o outro ciclano. Vamos parar com isso. Hoje, o Brasil precisa de um governo moderado que não seja nem de direita, nem de esquerda. Precisamos de um governo que una este país, que unas as pessoas. Não precisamos de governo que queira destruir o outro. Já chega! Eu torço para o governo do Lula dar certo. Eu torço para o próximo governo dar certo. É isto que eu quero: é o Brasil melhor.

Eu tenho certeza de que o presidente Lula e o ministro Rui Costa, da Casa Civil, vão encaminhar essa mensagem, porque os nossos valorosos policiais merecem esse reajuste. E o governador Ibaneis é um homem de diálogo. Hoje mesmo ele falou que vai marcar uma audiência com o presidente Lula. Falou hoje no nosso almoço e disse: “Eu vou marcar uma reunião e vou conversar pessoalmente. É só necessário o presidente me receber.”

Não há essa de que um brigar com o outro, não. Vou dizer mais, deputado Gabriel Magno, deputado Fábio Félix, vossas excelências sabiam que, de cada 3 policiais da ativa hoje, 1 entrou governo Ibaneis? O governo passado era tão preguiçoso que não fez nada, nem um concurso para a

Polícia Militar ele fez. Se não houvesse esses 1.200 que estão entrando, mais mil que vão entrar, o que seria da segurança pública do Distrito Federal? Entraram mais de 4 mil policiais nesses 6 anos de governo Ibaneis; promovemos mais de 15 mil policiais militares. E quantos policiais civis foram contratados! A segurança pública foi uma prioridade.

Estou muito feliz hoje, governador. Agradeço muito. A segurança pública merece isso. Hoje nós somos a segunda cidade mais segura do Brasil – e vamos chegar a ser a primeira.

Para terminar a minha fala, quero dizer aos meus colegas aqui da esquerda do PT, o presidente Lula é o homem do diálogo. Ele jamais vai trabalhar ou vai fazer qualquer coisa para retaliar o Distrito Federal, ainda mais se for na área da segurança pública. O governador Ibaneis vai para o diálogo. Somos todos democratas. Por isso, o reajuste, a recomposição terá o apoio do governo federal e da bancada federal do Distrito Federal, que vai estar unida – deputada federal Erika Kokay, deputado federal Prof. Reginaldo Veras, deputado federal Rafael Prudente, senadora Leila Barros. Todos juntos! Não existe partido neste momento; existe o melhor para o Distrito Federal – e todos nós queremos o melhor.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Hermeto.

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (Bloco União Democrático. Como líder.) – Presidente, meus demais colegas deputados; cumprimento os técnicos de enfermagem e os parabênz pelo trabalho de vocês; o pessoal da Polícia Penal, que eu não posso deixar de cumprimentar, sempre uma categoria parceira, que realiza um grande trabalho para a população do Distrito Federal. Estou cobrando as nomeações e, se Deus quiser, haverá mais policiais penais trabalhando pelo Distrito Federal. Sabemos que isso é necessário.

Presidente, desta tribuna hoje, de uma maneira muito breve, quero retratar uma reunião que eu tive com a secretária de Educação e pedir agilidade na regulamentação da legislação proposta nesta casa a respeito da capacitação dos profissionais de educação para o tratamento e o cuidado com as crianças autistas no Distrito Federal. Nós assistimos a muitas matérias, ao longo dos últimos anos, as quais mostravam crianças passando por situações absurdas, humilhantes e até agressivas dentro das escolas no Distrito Federal. Nós não podemos admitir isso, nós não podemos aceitar isso.

Por isso, nós propusemos essa lei na Câmara Legislativa. Nós queremos que essa lei seja de fato válida, que ela saia do papel, que não fique só na teoria, que vá realmente para a prática, para nós garantirmos a esses alunos e a essas crianças o melhor atendimento possível.

Também queria pedir que nós buscássemos fazer isso em prol dos próprios profissionais de educação. Muitos professores, muitos profissionais com os quais temos contato no cotidiano me dizem: “Deputado Eduardo Pedrosa, às vezes, nós não tivemos acesso à capacitação adequada para lidar com uma situação de crise. Nós também não sabemos muito bem como lidar com determinadas situações.”

No cuidado com as pessoas autistas, assim como com as pessoas com deficiência, TDAH ou TOD, é fundamental que haja especificidade, ou seja, formas de atuação muito específicas para ajudar essas pessoas em momentos de crise ou de desregulação.

Quero deixar registrada essa minha fala e pedir à Secretaria de Educação e ao Governo do Distrito Federal agilidade nessa regulamentação. Agradeço à secretária, que nos recebeu para falar sobre essa questão, mas faço essa cobrança para que nós consigamos avançar.

Igualmente, faço essa cobrança em relação à legislação que nós propusemos sobre a seletividade alimentar, para garantir aos alunos das escolas públicas acesso a uma alimentação adequada. Não será uma única iniciativa isolada que garantirá que haja inclusão na educação. Várias ações devem ser tomadas em conjunto para, de fato, garantir um ambiente adequado a esses alunos. Nós temos que vencer essas ações uma a uma para chegarmos até lá.

Nós sabemos disso e estamos aqui para trabalhar. Trabalharemos com toda a nossa disposição para garantir às crianças, aos alunos das escolas públicas e à população do Distrito Federal um DF mais inclusivo.

Falo da educação, mas também quero falar dos eventos públicos e esportivos da nossa cidade, para que nós possamos garantir que todos os espaços sejam adaptados e adequados, a fim de proporcionar a melhor experiência possível para todas as pessoas.

Por meio de uma ação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com

Autismo, nós conseguimos que o Gama, time de futebol do Distrito Federal, recebesse crianças com autismo e fizesse uma ação destinada a elas. Fizemos esse trabalho e, no estádio, havia até uma área separada para os alunos, para as crianças e para os adultos com autismo – nós não podemos nos esquecer dos adultos autistas. Nessa área, havia abafadores, havia toda uma estrutura de suporte a eles.

Nós sabemos que ainda é muito pouco, mas nós vamos tentando, aos pouquinhos, incentivar esse movimento para que toda a nossa população tenha acesso à inclusão, de fato, em todas as áreas. Seguimos lutando por aqueles que precisam da nossa atenção, do nosso acolhimento e do respeito aos seus direitos adquiridos e assegurados pelo Estado.

Muito obrigado a todos. Fiquem com Deus e contem conosco sempre nessa batalha em prol da nossa população. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Mais algum líder gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa.)

Está encerrado o comunicado de líderes.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para comunicado.) – Deputado Ricardo Vale, presidente desta sessão, meus colegas parlamentares, quem nos acompanha na galeria e se faz presente, técnicos de enfermagem, concursados da CLDF que estão aguardando as nomeações e todos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital, desejo-lhes uma boa tarde.

Deputado Ricardo Vale, na última quinta-feira, nós tivemos, no Distrito Federal, uma surpresa ao sabermos que o governador tomou a decisão de implementar a tarifa zero no DF.

Venho da luta do movimento social, militamos pelo passe livre, organizamos vários atos e passeatas sob a direção do Movimento Passe Livre. Quando chegamos a esta casa, tomamos a decisão de presidir a CTMU pelo acúmulo que já tínhamos no movimento social e com a intenção e a certeza de que poderíamos apresentar dados mais concretos para Brasília. Isto foi o que nós seguimos: fazermos um diálogo com os movimentos sociais, com a Câmara Legislativa e com o Executivo a fim de buscarmos caminhos que melhorassem, de fato, o transporte no DF. Uma das nossas bandeiras, historicamente, nesses 2 anos, foi a tarifa zero.

Da tribuna, eu parecia bater sempre na mesma tecla. Eu ficava repetindo, repetindo a mesma coisa.

Muita gente dizia que isso era inviável; outros diziam que, para isso, haveria custo; outros diziam que isso não se sustentava; outros diziam que não entendiam bem.

Nós não somos donos de nenhuma verdade, mas eu queria contar o passo a passo que levou a essa decisão do governador. Nesse ato específico, eu quero parabenizá-lo, sim, porque ele tomou a decisão de implementar a tarifa zero, a qual historicamente vínhamos alertando ser possível e que – detalhe – é o único caminho para a mobilidade urbana no país.

Está em tramitação uma proposta de emenda à Constituição que cria o Sistema Único de Mobilidade, da nossa deputada federal Luiza Erundina, que também fez uma PEC para transformar o transporte em um direito constitucional, assim como a saúde e a educação.

Aqui dentro, nós fizemos esse caminho, mas não o fizemos só, é verdade. Há, aqui, deputados históricos: o deputado Fábio Félix; o deputado Ricardo Vale, que apresentou uma proposta também; e tantos outros.

Eu quero saudar quem compõe conosco a CTMU: meu colega de partido, deputado Fábio Félix; o deputado Pepa; o deputado Gabriel Magno, que compõe conosco a subcomissão da tarifa zero; e o meu vice-presidente da comissão, deputado Martins Machado. Já, já, presidente, eu vou dizer da importância do deputado Martins Machado para o que aconteceu quinta-feira.

Nós saudamos o governador, mas com um alerta: não dá para ser de qualquer jeito. Não pode ser uma proposta de tarifa zero que, depois, venham dizer que deu errado e voltem atrás e não tenhamos mais condição de apresentar a possibilidade à sociedade. Também não poderá ser uma tarifa zero só para continuar incrementando o recurso à já volumosa onda de investimento ao empresariado.

Vamos ao histórico antes de chegarmos à comissão. No dia 5 de abril de 2023, realizamos a primeira reunião sobre os estudos para a tarifa zero no Distrito Federal. Isso foi em abril de 2023. Nós

reunimos aqui Daniel Santini, que é um pesquisador da Fundação Rosa Luxemburgo, e Paique Santarém, do Movimento Passe Livre, e escutamos tantos outros especialistas. Naquela época, a comissão tinha 2 figuras técnicas importantíssimas, que eu quero saudar: a Adriana, que era secretária da comissão, e a Olga, que era assessora técnica da comissão.

Deputado Ricardo Vale, ainda em junho de 2023, participamos do encontro com o Inesc, o Idec, o Movimento Passe Livre e a própria Fundação Rosa Luxemburgo. Há inclusive um formulário, um material que foi publicado. Nós visitamos Formosa para conhecer a experiência mais próxima de Brasília. Daqui saíram algumas recomendações também.

Nós nos sentamos no dia 19 para fazermos a primeira reunião da subcomissão da tarifa zero na Câmara Legislativa. Foi a primeira subcomissão da tarifa zero em 32 anos na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Montamos aqui, com o deputado Pepa e o deputado Gabriel Magno, um esforço – já havia outras figuras envolvidas – para nos debruçarmos (Falha na gravação.) do Distrito Federal rumo à tarifa zero.

Nós tínhamos as informações, tínhamos acúmulos de informações. O governo não passa todas as informações. Naquela época, antes de lançar isso aqui – eu quero chamar a atenção dos senhores, e vocês vão se lembrar disto –, o governo anunciou que iria pegar o saldo do vale-transporte.

Nós fizemos uma reunião com o secretário Gustavo. Deputado Ricardo Vale, vossa excelência estava junto. O presidente deputado Wellington Luiz estava junto. Inclusive a comissão só andou, sem dúvida nenhuma, porque tivemos autonomia por parte do presidente deputado Wellington Luiz para tocar a comissão. Naquela reunião, Valter Casimiro era o secretário, e nós, com base numa informação, alertamos: “Secretário, o passe livre já é pago aos domingos e feriados. Libere-o para os estudantes.” Ele anunciou, então, que era pago, sim, e que poderíamos liberá-lo. Nós ficamos aguardando.

No dia 16 de agosto de 2023, tivemos um relatório da visita técnica da comissão da CTMU com a SPTrans, para entender como São Paulo implementava a tarifa zero aos domingos e como funcionava a mobilidade.

No dia 4 de outubro de 2023, nós nos sentamos com a Sumob, que é a Superintendência de Mobilidade de Belo Horizonte, em BH, para entender como a região metropolitana lidaria com isso se a tarifa zero fosse implementada, até porque eles lançaram uma série de ações de benefício aos usuários do transporte para controle.

No dia 11 de outubro de 2023, nós nos sentamos com a Urbs em Curitiba. A Urbs tem uma concessionária, uma autarquia que gesta os estacionamentos, o fundo de transporte. Foi nisso que baseamos a criação do Fundo de Transporte Público e Mobilidade Urbana.

Nós estivemos em Luziânia e em São Caetano do Sul. Nós chamamos o município de Maricá para esta casa. Neste ano, ainda iremos a Caucaia, no Ceará, que é a cidade mais volumosa com tarifa zero irrestrita. Estão aqui os relatórios.

Estamos aqui com o nosso deputado Fábio Félix e nosso técnico Fernando. Eu quero saudar a comissão e dizer que a comissão hoje está secretariada pela Fernanda. Nela estão também a Thainá; a Laura, nossa estagiária; e a doutora Rúbia, na assessoria técnica. Nós temos também o Fernando, que também assumiu o papel, deputado Ricardo Vale, de juntar todas essas informações para apresentar ao Governo do Distrito Federal e está aqui.

Chamamos a esta casa os movimentos sociais e o Estado para apresentar-lhes esse estudo de tarifa zero, em que nós pontuávamos quanto custava para o Governo do Distrito Federal implementar a tarifa zero, a qual propúnhamos que deveria ser escalonada. Aqui entra o deputado Martins Machado, que não foi citado em nenhum momento – mas eu quero citar o seu nome, deputado Martins Machado.

O deputado Martins Machado tem a posse desse documento, como vice-presidente da nossa comissão. Na comissão ele chega para mim e diz: “Vamos levar isso ao secretário e ao governo para que possamos, pelo menos, fazer o domingo com a tarifa zero”. Se eu estiver errado, deputado Martins Machado, corrija-me.

E o deputado Martins Machado assim o faz, leva à secretaria de governo, despretensiosamente, o documento. O secretário Zeno tem posse dessas informações e começa a desenvolver os seus estudos internos. Obviamente não é o modelo de tarifa zero que eu estou apresentando, não é a forma de cálculo que conhecemos, mas ele vai fazer os estudos.

Inclusive, desde quinta-feira estamos com o secretário, com o Metrô-DF debruçados sobre o modelo de regulação. O metrô tem de ser fortalecido, não é possível colocar 100 mil pessoas a mais se não há equipe, porque pode degradingolar o funcionamento dele. Tem de haver linhas especiais para os

pontos de turismo especiais.

A pessoa vai passear, no domingo, na Ermida Dom Bosco. Há ônibus para a Ermida Dom Bosco, para a Água Mineral e para o Zoológico? Estamos colaborando com o secretário Zeno fazendo um mapa distributivo de outra forma de viver a cidade, que não é só o trabalho–casa, casa–trabalho. Precisa-se garantir que as pessoas acessem os pontos turísticos da cidade. Se o ônibus não existe, ele vai falir ou não vai funcionar.

Realizamos, ano passado, um seminário internacional de obras verdes e rumo à tarifa zero. Está aqui a cartilha. Inclusive, lançamos o primeiro laboratório internacional com universidades da Coreia do Sul, com uma universidade de Portugal, com a Universidade de Brasília, para as boas práticas das cidades sustentáveis; dizíamos também os caminhos para o Tarifa Zero.

Aqui está a visita técnica a São Caetano do Sul. Inclusive, o orçamento da cidade foi incrementado. Fechamos 2024, deputado Gabriel Magno, membro da nossa subcomissão, com um relatório preliminar de como poderíamos implementar o Tarifa Zero no Distrito Federal.

Fechamos o relatório preliminar, deputado Fábio Félix, como você bem pontuou, com a minuta do projeto que o governador poderia apresentar para esta casa para implementar o Tarifa Zero. Não é um decreto. Está aqui.

Por que fizemos isso? Porque há vício de iniciativa. Não podemos apresentar um projeto de lei para tarifa zero que envolva e contenha outros cálculos de custos. O governo tem de apresentar a tarifa. Entregamos a minuta. Está aqui a minuta de lei que a comissão e a subcomissão apresentaram em que se diz o quanto de renda acessória poderia haver e de onde viria o cálculo financeiro – o qual já dissemos estar pago. Está aqui a prova. Vamos ver isso.

Esse registro é importante porque é uma vitória da população do Distrito Federal. Queremos que isso dê certo. As pessoas precisam aprender a viver a cidade. A partir do momento que elas pegarem o ônibus, não haverá o tabelamento, porque a tabela já estará paga. É isto que eu quero dizer para a população: vocês já pagam o transporte.

Eu passei a semana respondendo perguntas de repórter: “Mas quem paga? não há almoço grátis”. Tudo é pago pela mesma fonte com que estamos pagando agora. Já pagamos ao sistema. Quanto à questão do almoço grátis, é simples. Eu já pago o almoço. Quero apenas saber se vai ser a quilo, se vai ser a *la carte* ou se vai ser *buffet* livre? Eu quero *buffet* livre. Quero que o custo do sistema esteja pago por toda a sociedade, mas que ela tenha a liberdade de não ser tarifada 2 vezes.

Agora, qual é o próximo passo? Auditar o sistema. Precisamos auditar o sistema. Acompanhamos a cidade de Araucária, no Paraná, que fez auditoria no sistema, deputado Ricardo Vale. Sabe quanto de gordura a secretaria e o governo descobriram nos contratos? Trinta por cento, o que reduziu a passagem em mais de 2 reais. Temos de fazer essa limpeza aqui.

Foi como aconteceu agora. Por que o domingo e o feriado poderiam ter tarifa zero? Porque, como nós apresentamos, o sistema já está pago. Se eu tenho 100 ônibus rodando de segunda a segunda, e o cobrador está pago, o motorista está pago, o ônibus está pago e a quilometragem da empresa está dentro do equilíbrio econômico-financeiro, aos domingos e feriados, se ela tira 60 ônibus e só coloca 40 para rodar, o que acontece com esses 60? Eles estão pagos, guardados. Então, a proposta é: colocar os 60 para rodar e fazer o chamado reajuste.

Nós vamos acompanhar isso. Oficiamos à Secretaria de Transporte e Mobilidade a criação de um comitê, deputado Ricardo Vale. Queria muito que a presidência desta casa e o senhor acompanhassem isso. Trata-se de um comitê popular. Nós temos de chamar os movimentos da sociedade civil, o Conselho de Transporte e esta casa para acompanharem essa implementação teste, para saberem os custos, o volume, o impacto e como foi a demanda.

Ontem, em uma reunião com o diretor de Operação e Manutenção do Metrô-DF, indicamos a necessidade de se aumentar o horário de funcionamento do metrô aos domingos. Oficializamos a companhia. Não se pode ter tarifa zero, o metrô fechar às 19 horas, mas o *shopping* fechar às 20 horas.

Para concluir, agradeço a todos que compuseram essa iniciativa. Isso não acaba aqui. Nossa meta é alcançar 100% de tarifa zero. No que depender da nossa condução na comissão, vamos acompanhar, fiscalizar e ir até o fim. Obrigado, presidente.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Presidente, hoje perdemos um amigo, Guilherme Cunha Costa, um jovem de 54 anos que conheci na Câmara dos Deputados. Ele é irmão de uma servidora da Câmara Legislativa e lutou contra o câncer por muitos anos, bravamente, com muita fé e religiosidade. Gostaria de pedir 1 minuto de silêncio em homenagem ao Guilherme. Pode ser, presidente?

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Pode, sim.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Obrigada.

(Observa-se 1 minuto de silêncio.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Meus sentimentos aos familiares e amigos do Guilherme.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para comunicado.) – Boa tarde, presidente; boa tarde aos parlamentares presentes; boa tarde às assessorias, à imprensa e a você cidadão do Distrito Federal que nos assiste pela TV Câmara Distrital e pelo YouTube.

Presidente, chega a ser engraçado ver deputados de esquerda aqui se pronunciando com essa altivez toda, como se tivessem as respostas para os problemas do Distrito Federal e do Brasil. É como se eles não se lembrassem do que causaram ao Distrito Federal quando o governaram e de que a população rejeita a esquerda por conta do que aconteceu nos governos de esquerda no Distrito Federal. É como se eles não enxergassem também todos os problemas que a esquerda causa ao Brasil com suas políticas públicas desastradas e desastrosas.

O presidente da República, cada vez que abre a boca, faz a bolsa cair e o dólar subir. Junto com o dólar, sobem o preço da comida, o preço da gasolina, o preço de tudo, mas ele fala assim: “Eu não como dólar, eu não bebo gasolina”. Ele falou que bebe álcool, mas não gasolina.

Esse é o nível do presidente da República. O presidente da República comemora 20.560.000 famílias no Bolsa Família. Isso significa dizer que há pelo menos 20.560.000 famílias brasileiras sem ter como levar sustento para casa. Quem é o principal causador disso? O PT, a esquerda, suas políticas públicas horrorosas.

Trata-se de uma política fiscal horrível que coloca o país na bancarrota, retira investimento, leva o empreendedor embora, faz com que as pessoas fechem vagas de emprego, empobrece o país. E, de alguma maneira, esse sentimento de dependência do Estado na cabeça da esquerda globalista e anticristã é visto como algo bom. Imaginem morar em um país onde 20 milhões de famílias, o que significa pelo menos 60 milhões de pessoas, dependem da assistência do governo para sobreviver, para comer.

Não há mágica do IBGE, deputado Eduardo Pedrosa, que seja capaz de fazer com que as pessoas não vejam a realidade, porque os números do instituto mostram um país que é uma espécie de *Alice no País das Maravilhas*, mas a pessoa vai ao mercado e não consegue comprar alface, e o ministro fala assim: “Compre chicória”. Ela não consegue comprar ovo, porque o ovo está caro, mas também não consegue comprar carne. O presidente tinha dito assim: “Se não dá para comprar carne, compre ovo.” Só que não dá para comprar nem um nem outro. A pessoa não consegue comprar os alimentos básicos para sua família, não consegue tomar cafezinho em casa, porque o café está um absurdo!

E o IBGE está dizendo que a economia do Brasil vai muito bem. Agora vai sair um PIB *fake*, um PIB forjado só com gasto público. Gasto público significa empobrecimento da população, porque o dinheiro sai do bolso de alguém. E eles vão dizer que o PIB cresceu e que a economia vai bem.

Não, o país se desindustrializa cada vez mais, empobrece cada vez mais e, cada vez mais, mais famílias precisam do governo para viver. Esse é o retrato do país governado pela esquerda.

E eles vêm falar como se soubessem quais são as soluções para o Brasil! Imaginem: um deputado do PSOL, que tinha 5 prefeituras e voltou para zero, agindo como se soubesse as respostas para o Brasil.

Com todo respeito, deputado Fábio Félix e deputado Max Maciel, não é pessoal, mas não é possível que o brasileiro não veja. O brasileiro vê, o brasileiro vive, o brasileiro enxerga, o brasileiro sabe que o Brasil fez um caminho de volta numa espécie de governo Dilma 3 ou Janja 1, não se sabe bem, onde a recessão é um processo inevitável, com a falência de empresas. O empobrecimento da

população é um destino do qual não se pode desviar, a menos que se tire da presidência da República esse presidente que está lá; ilegítimo, é bem verdade, mas está lá.

As pessoas vivem num mundo real e não nesse mundo ilusório que o Sidônio tenta criar. Aliás, coitado do Sidônio; ele é marqueteiro, não é mágico. Como ele vai fazer mágica para alguém acreditar nesse monte de mentira que eles querem transmitir? Não há jeito, mas é por isso e porque as pessoas vivem e veem que saiu uma pesquisa hoje segundo a qual – adivinhem – Bolsonaro vence Lula no primeiro e no segundo turno em 2026. A pesquisa da Paraná Pesquisas foi publicada hoje, e a dona Michelle Bolsonaro, esposa do ex-presidente Bolsonaro, também venceria o presidente Lula se a eleição fosse hoje.

Esse é o retrato do Brasil, o brasileiro não aguenta mais o PT e esse governo, graças a Deus, está acabando.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, mais uma vez, a extrema-direita vem nessa casa e tenta distorcer a realidade. Eles esqueceram que o governo Bolsonaro está inelegível. Inventaram uma pesquisa: Bolsonaro ganha do Lula. Ele não pode concorrer, está inelegível, vai ser preso. Recentemente, num jogo de futebol, aqui, em Brasília, no estádio Mané Garrincha, ele saiu escorraçado do estádio com o grito da torcida “Hu, vai ser preso!”

Esse é o sentimento do povo brasileiro, por quê? Porque se esquece a extrema-direita de que Bolsonaro deixou 17 milhões de pessoas passando fome no Brasil; fila do osso, em 2021; 34 milhões na extrema pobreza; o desemprego bateu o recorde e ele acabou com o Farmácia Popular – agora o Ministério da Saúde colocou todos os remédios da Farmácia Popular de graça, mais uma vez, para o povo brasileiro. Essa é a diferença, e eles se esquecem disso.

Governo ilegítimo foi o que ganhou na urna da extrema-direita. Aliás, eles estão sem candidato, porque a pesquisa de verdade mostra que o candidato que perde para o Lula, mas que tem mais chance, é um cantor sertanejo.

É essa extrema-direita que tem que responder, porque o amiguinho deles, da Argentina, presidente, o senhor Milei, vai ser preso. Ele é que vai sair, porque dá golpe pactuado com um esquema de pirâmide. O povo argentino, que já está sofrendo muito, agora perdeu dinheiro, porque o presidente deles recomendou a compra de criptomoeda, em esquema de pirâmide.

Essa é a gestão que a extrema-direita defende para o mundo, com as insanidades de Trump; com o Milei, que levou Argentina à falência e ao golpe; e com o presidente inelegível, responsável pela fila do osso nesse país, o inelegível Bolsonaro, que “Hu, vai ser preso!”.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para comunicado.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos, a quem está assistindo a nós pela TV Câmara Distrital e a quem está na galeria.

Escuto algumas coisas e, às vezes, eu me pergunto: qual a missão, o propósito de estarmos aqui? Nós somos políticos. A palavra política quer dizer a ciência do bem comum para levar, por meio da equidade, direitos fundamentais, como a saúde, a quem mais precisa. Precisamos fazer isso nesta casa. Às vezes, o discurso é totalmente polarizado, raivoso, distópico, fisiológico e acaba ofendendo a mim e a quem mais precisa.

Presidente, eu não iria entrar nesse ponto, mas preciso deixar claro que o que fazemos aqui é representar pessoas. Será que estamos dando voz e vez a quem realmente precisa? Estou falando isso porque sou da saúde há 23 anos. Eu queria dar para vocês um testemunho pessoal.

Toda semana, recebo muitos pedidos, mas acho que nesta semana eles bateram todos os recordes. Pessoas me ligaram dizendo que estão com câncer, na fila de espera, na regulação com prioridade vermelha. Pessoas com endometriose ficaram estéreis porque não conseguiram tratamento. Mulheres estão sangrando há semanas, meses ou anos porque não conseguem cirurgia para endometriose. Essas mulheres não têm vida, vivem com dor. São muitos pedidos.

Nesta semana, eu vivi algo pessoal. No sábado, a minha avó, de 95 anos, teve um acidente em casa. Toda a minha família é dependente do SUS. Naquele momento, a primeira coisa que fiz foi ligar para o Samu. O Samu chegou, mesmo com toda dificuldade.

A primeira dificuldade é arrumar uma ambulância. Muitas vezes, não há ambulância. Muitas

ambulâncias funcionam com recursos encaminhados pelo governo federal. Outra dificuldade é arrumar motorista para a ambulância, porque não há motoristas na rede. Motorista é artigo de luxo porque, até agora, não houve concurso.

Há dificuldades inúmeras em pessoal. Pasmem: hoje, 25 mil servidores faltam na ponta. Queremos discutir: será que isso é proposital?

O Samu chegou e levou a minha avó. Ela foi atendida por um hospital muito querido, o Hospital Regional da Asa Norte. Nesse hospital, eu fui muito bem recebida por toda a equipe. Quero mandar um abraço especial à equipe de enfermagem, que, por estar em contato direto com a paciente, fez toda a diferença. No momento, havia 1 técnica de enfermagem e outra, que estava fazendo voluntariado. Eu vi a dificuldade delas. Havia muitos pacientes com covid.

A minha avó entrou e, depois de 2 atendimentos, quando houve a troca de plantão, o hospital ficou com bandeira vermelha por falta de médicos, falta de RH. A minha avó ficou no corredor e foi muito bem cuidada.

Quero dizer que a secretaria são os servidores. Os servidores são patrimônio e guardiões do Distrito Federal.

O que mais precisamos entender – a CSA tem falado disto e isso será intensificado – é que o orçamento do Distrito Federal para a saúde é robusto. São 14 bilhões de reais, inclusive com sinalização de aumento do fundo este ano. É falado na Secretaria de Economia que houve aumento de arrecadação.

Nós precisamos discutir para onde vai o orçamento e o porquê de serviços tão importantes estarem sendo terceirizados. Vemos a sinalização de laboratório, vemos a sinalização de diagnóstico com o pagamento de contratos mensais altíssimos. Há um contrato para pagar ressonância de cerca de 10 milhões de reais e, com esse valor, poderíamos comprar 3 aparelhos de ressonância por ano. Hoje nós não os temos. Nós pagamos para fazerem, como se o dinheiro fosse se multiplicar.

Nós precisamos ter um compromisso com Brasília. Quando falamos do servidor, defendemos o servidor e nomeações já, não estamos levantando uma bandeira política de fisiologismo, não. Nós estamos aqui fazendo o nosso dever, porque é o servidor que vai fazer diferença lá, que vai cuidar daquilo que é público.

A minha avó teve alta, foi para casa e, infelizmente, ontem ela precisou, às pressas, novamente ser internada. Desta vez, ela foi para o Hospital do Guará. Ali na sala vermelha do Hospital do Guará, onde ela se encontra agora, ela está sendo muito bem cuidada por uma equipe que também tem feito a diferença. Eu fiquei com ela a noite toda e a manhã e queria agradecer a todos os servidores daquele hospital.

Eu fiquei muito emocionada ao ver que a sala em que ela está hoje era uma sala vermelha que não tinha condição de ser utilizada – há até uma servidora do Hospital do Guará aqui, a Leilane, e na sua pessoa eu mando um abraço a todos os servidores do Hospital do Guará –, e hoje ela foi toda arrumada, com muito carinho, por meio do nosso mandato, como nós temos feito em várias regiões.

Infelizmente, precisamos melhorar, inclusive a execução do PDPAS. Isso é uma coisa que deveria ser ocasional. O recurso que encaminhamos para a saúde deveria ser utilizado em projetos que o governo não alcança. Infelizmente, tem sido o contrário. Assim como o PDAF, o PDPAS tem sido muitas vezes um sustento para que o teto não caia sobre a nossa cabeça.

Vocês que estão assistindo a esta sessão, vocês que estão aqui, técnicos de enfermagem, saibam que nós precisamos muito de vocês, o déficit de profissionais como vocês, de enfermeiros e de médicos, é gigantesco. Nós precisamos de vocês. (Palmas.)

Temos feito um trabalho muito sério para mostrar isso. O gasto de TPD, com absenteísmo de pessoas que estão adoentadas pelo déficit de servidores, é altíssimo. Isso acontece em várias áreas, ACS, médico, várias carreiras. O que vemos aqui é que parece ser um desgaste proposital.

Eu só queria deixar um recado. Não vai ser fácil fazer a terceirização, como estão imaginando. Aqui existem pessoas que defendem o SUS, que lutaram para o ICTDF não estar na mão, por exemplo, do IGESDF; que lutaram para um decreto, que era uma aberração jurídica, não prosperar. Nós vamos fazer uma construção responsável.

Eu quero convidar vocês para debater a saúde do DF na próxima terça-feira, aqui no plenário, às 9 e meia, porque nós vamos resistir e existir. Não vão acabar com o serviço público. Não vão acabar com o SUS no Distrito Federal, porque nós temos compromisso com Brasília. (Palmas.)

Obrigada, presidente.

(Assume a presidência a deputada Paula Belmonte.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Parabéns, deputada Dayse Amarílio.

Sabemos da sua defesa do SUS. Isso é muito importante. Sabemos que, apesar de todas as dificuldades que ainda sofremos no SUS, o atendimento que o sistema proporciona à população não existe em nenhum outro país. Precisamos fortalecer isso. Essa é a realidade.

Concedo a palavra ao deputado Martins Machado. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para comunicado.) – Presidente deputada Paula Belmonte, obrigado.

Boa tarde, deputados e deputadas, assessores, queridos amigos que assistem a nós pela TV Câmara Distrital e pelas redes sociais.

Pessoal da galeria, técnicos de enfermagem e agentes da saúde, podem contar com o nosso apoio.

Presidente, quero falar de Brasília, mas, para falar de Brasília, não dá para ficar calado e não refutar determinadas narrativas.

Acabei de ouvir um deputado dizer que vão prender o Bolsonaro – ele não falou como deputado, mas como ministro do Supremo Tribunal Federal.

Aliás, diga-se de passagem, está correndo, nas redes sociais Brasil afora, que a PGR já preparou a denúncia do ex-presidente Bolsonaro e vai imputar a ele 27 anos de cadeia. Esse processo já é natimorto, é nulo na sua totalidade. Há deputados que já estão sabendo o teor da denúncia contra o presidente, mas qual é a fundamentação? O golpe de Estado que não houve? Não houve um líder. O maior instrumento ou arma utilizados era o estilingue, enquanto bandidos – reforço – de altíssima periculosidade estão sendo colocados em liberdade, alguns até com uso de tornozeleira eletrônica, e senhoras e mães de família estão sendo presas e condenadas a 14, 15 anos de prisão.

Primeiro, tenho certeza de que Deus está no comando de tudo e vai passar essa nação a limpo. Eis daquele que pratica injustiça, porque horrenda coisa é o ser humano cair nas mãos do Deus vivo. Justiça e direito são base do trono de Deus. Faça a justiça dos homens, permeie e perverta a justiça na Terra, porque vocês receberão a justiça divina – e a justiça divina não falha. Ainda há mais: diz o ditado que ela não tarda, ela vem no tempo certo. O tempo de Deus é um tempo *kairós*, um tempo perfeito. O tempo de Deus não é o *cronos*, o tempo humano.

Dito isso, presidente, outro assunto que me preocupa muito, mas muito mesmo, é o presidente que aí está, quando abre a boca, só falar besteira. Bolsonaro respondeu a um inquérito porque importunou uma baleia. Lula está dizendo que come ovo de ema e de tartaruga. Cadê os ambientalistas? Cadê o crime nisso? Cadê o pessoal que não vai para cima do presidente? Aliás, diga-se passagem, hoje, não sei como o brasileiro está conseguindo sobreviver. Os preços dos produtos estão na estratosfera, ninguém consegue tomar café nem comer ovo. A picanha, então, já é coisa do passado. A picanha hoje é para a alta cúpula do governo federal, do presidente, da Janja.

Não há como falar apenas de Brasília, se não forem destruídas narrativas que eles criam. Eles falam que o Bolsonaro destruiu em 4 anos o que o Lula fez. É verdade. O que o Lula fez em 16 anos? Petrolão, mensalão, o maior esquema de corrupção em 16 anos. O ex-presidente Bolsonaro acabou com isso em 4 anos, e não se viu corrupção no governo do ex-presidente Bolsonaro.

Diga-se de passagem, a inelegibilidade do ex-presidente Bolsonaro é por causa de uma *live* no Palácio do Planalto com embaixadores. Esqueceram que o Lula fez campanha para o candidato dele, do PSOL, lá na Granja do Torto, e não se viu um processo aberto como crime eleitoral, porque essa justiça é seletiva. O lado do PT pode tudo, o da direita não pode nada. Todos de direita respondem a processo, e eu me incluo neles, porque fiz uma denúncia das escolas e me tornei de denunciante a denunciado, mas não há problema.

Eles nos acusam, presidente, de extrema-direita, mas se extrema-direita é defender Deus, pátria, família, liberdade, valores, valores da família tradicional, então podem me incluir no rol da extrema-direita. Eu sou. Eu vou defender esses princípios, somos considerados de extrema-direita,

porque defendemos isso. Eles defendem liberdade de bandido e de traficante, liberação de droga e de aborto; e, para eles, tudo pode.

A verdade é, presidente, que chegamos ao terceiro ano da atual legislatura, período que normalmente pode ser classificado como divisor de águas sobre a avaliação de governos.

Presidente, eu muito pacientemente ouvi a fala de todos. Neste terceiro ano, presidente, faz-se a avaliação dos parlamentares e do governo. Esta casa, por exemplo, apresenta números excepcionais em relação à atividade legislativa e, inclusive, recebeu classificação de excelência no radar de transparência sobre informações institucionais e despesas, o que demonstra que nosso trabalho efetivamente está sendo reconhecido pela sociedade do Distrito Federal.

Por outro lado, quando analisamos as ações do governo federal, o cenário muda completamente. E digo isso com muita tristeza, porque o povo brasileiro merecia melhor sorte. O povo brasileiro deveria ter um governo capaz de apresentar resultados pelo menos razoáveis em algumas áreas de atuação.

Passados 2 anos da gestão do governo Lula, as informações diariamente divulgadas pelos principais veículos de comunicação da nossa nação provam que o Brasil caminha em direção a um abismo. A sociedade já percebeu isso, dando a ele uma aprovação de apenas 24%, a pior aprovação na história do Brasil.

Para contextualizar o que digo, vou citar apenas algumas das muitas notícias divulgadas que revelam a gravidade do momento atual. O portal Metrôpoles, em matéria de 7 de março do ano passado, revelou que, em 2023, houve um recorde de feminicídios no país. O jornal *O Globo*, em matéria do dia 3 de junho do ano passado, informou que o Brasil liderou casos de dengue no mundo. E ninguém disse que o Lula é genocida. Ele é um genocida. Oitenta e dois por cento dos casos registrados em todo o planeta foram no Brasil.

O portal Metrôpoles, em matéria de 16 de janeiro deste ano, registrou que, em 2 anos de gestão do governo Lula, 1,9 bilhão de reais em medicamentos foi incinerado. Isso é improbidade administrativa. Onde está o processo? Todo mundo se cala. O que é um absurdo diante dos graves problemas que o povo brasileiro enfrenta em relação a esse tema, a questão da saúde. Medicamentos são incinerados, presidente deputada Paula Belmonte. São 1,9 bilhão de reais em medicamentos jogados fora pela incompetência na gestão, enquanto Bolsonaro comprou vacina para o Brasil inteiro. O governador não gastou o dinheiro com a vacina contra a covid.

E diz agora o (Ininteligível.), da OMS, que não mandou o povo ficar em casa nem se vacinar. São uns covardes! Eles fazem, mas não têm coragem de assumir o que mandaram fazer. Ele mandou o povo ficar em casa.

A economia não está pior ainda e em frangalhos porque o Bolsonaro teve a coragem de falar: "Não fiquem em casa, não. Nós temos responsabilidade com a nação."

Finalizando, presidente, em relação à gestão dos recursos financeiros, a situação também é desesperadora, mesmo diante de recordes de arrecadação. Nunca se arrecadou tanto no Brasil, mas a gestão dos recursos traz uma insegurança para a nossa nação. O capital está fugindo.

Sobre esse assunto, o Antagonista, em matéria do dia 23 de abril de 2024, publicou como chamada de texto o seguinte título: "Lula tirou mais dinheiro do brasileiro do que qualquer outro". E qual o resultado de tanta arrecadação? O Brasil está à beira do abismo, o dólar disparou, a inflação está disparada. E sabe o que eles ainda continuam fazendo, presidente deputada Paula Belmonte? Continuam, depois de 2 anos e 3 meses, colocando a culpa no Bolsonaro, o que mostra que o povo entendeu, reprovou o governo e está clamando pela volta do Bolsonaro.

Aí, eles juntam o Bolsonaro com a extrema-direita, trazem Javier Milei para a situação, trazem Donald Trump para a situação, mas não é isso. O povo está se voltando para a direita porque não aguenta mais a esquerda em lugar nenhum da nação. O povo não aguenta falar em liberação de droga, liberação de aborto, liberação de traficante, liberação de aeronaves. Deputada Paula Belmonte, liberaram aeronaves de traficantes que serviam para transportar órgãos para salvar vidas.

Na verdade, estamos sendo dominados pelo crime, pelo PCC, e cadê as forças policiais desta nação? Está todo mundo com medo. E o Lula? O Lula pode fazer tudo. E o Bolsonaro? Segundo estão dizendo, será preso. Só que não estão entendendo que prender o Bolsonaro é torná-lo um mártir. As pessoas verão o que a direita vai fazer nesta nação. Vão varrer o Brasil com a eleição de 2026.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Grata, deputado Pastor Daniel de Castro. Nós precisamos, cada vez mais, fortalecer a nossa democracia. Entendemos perfeitamente a necessidade de darmos voz a todos. É muito importante isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Eu queria só dizer que hoje começamos a ouvir uma série de falas preocupadas aqui. O clima está tenso, o clima está pesadíssimo e está pesado por uma razão: a PGR, a Procuradoria-Geral da República, está preparando a peça. Ela está no forno e vai sair entre hoje e amanhã. É uma denúncia gravíssima contra um ex-presidente da República que, do meu ponto de vista, não é só um ex-presidente da República, é um batedor de carteira, é um criminoso que tem que ir para a cadeia.

Bolsonaro, segundo o deputado falou, fez uma série de coisas na pandemia da covid. Bolsonaro negava a covid. Ele imitou, deputada Paula Belmonte – vossa excelência, que é uma pessoa extremamente sensível aos temas da saúde –, uma pessoa morrendo com covid, sem ar. Ele ficou imitando essa pessoa. Ele negou, no primeiro momento, a compra da vacina. Só a comprou após pressão popular. Essa foi a situação que vivemos com esse ex-presidente.

Além disso, conspirou contra o resultado da eleição – que até hoje ele chama de ilegítimo –, pressionou-o e articulando com a alta cúpula das Forças Armadas. Tentaram dar um golpe.

Chama-me a atenção um deputado eleito, sentado nessa cadeira, defender o golpe! Não deveria estar sentado aqui, devia ter renunciado. Já que era tudo fraudado, já que a urna eletrônica está toda fraudada, ele não deveria estar aqui, ele não deveria ser deputado distrital. Essa é a situação.

Ele tem que ser preso, tem que haver cadeia, não dá para haver anistia. Isso aqui é uma República séria, é uma democracia que tem que ficar de pé. Não dá para um ex-presidente da República rasgar a Constituição, fazer esse tanto de cagada que fez, e nós simplesmente deixarmos a coisa rolar. Isso, para mim, é defender o banditismo.

Nós não vamos tolerar isso. Vai haver mobilização neste país, independentemente de quem seja o governo de plantão. Este país não pode virar uma piada. Por isso, o bolsonarismo tem que pagar pelo que fez politicamente. O Bolsonaro tem que ser denunciado, condenado e preso, e nós vamos lutar por isso.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata, deputado Fábio Félix.

Eu quero lembrar que há 2 parlamentares aqui que estão aguardando há um bom tempo para falar. Podemos continuar esse debate, fico à disposição dos senhores, mas precisamos conceder a palavra aos deputados que estão na ordem para falar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, eu só quero dizer, que o processo penal carece da materialidade e precisa ser muito fundamentado, precisa de provas robustas. Nas peças de acusação que lemos, os termos usados são: o crime “possível”, “suposto”, “hipotético”, “teria”. São 207 condicionantes dentro do processo; ou seja, eles não têm a veracidade do fato e, ainda assim, apresentam uma denúncia.

Essa denúncia, presidente, mesmo que eu não tenha conhecimento dela, quem deve ter é o pessoal da esquerda, porque acabaram de dizer que o ex-presidente vai ser preso, mencionando até que ele pode ser condenado a 27 anos. Aliás, se amanhã sair a denúncia e realmente a condenação for de 27 anos de prisão para o ex-presidente Bolsonaro, algo extremamente grave estará nesse processo e ele precisa ser reanalisado. Se virmos as condicionantes que há, isso enfraquece o inquérito.

Há um ministro do governo do presidente Lula, das Forças Armadas, que diz que não houve golpe! Recentemente, o presidente da Câmara dos Deputados eleito também disse que isso não é golpe. Há crime perfeito. Até mando um recado: olhem a Lei da Anistia. Não se deve aniquilar pena, senão o processo se torna nulo e até inconstitucional, porque quem participou da quebradeira também recebe uma pena. O que precisa haver é a dosimetria dessa pena. Não pode uma pessoa que pintou uma estátua pegar 17 anos de cadeia, enquanto um bandido que pegou 400 anos de cadeia está solto! Aliás, ele está posando de bom-moço, fazendo vídeo e dizendo que vai ser candidato a deputado na eleição seguinte. Esse é o Brasil que nós queremos? Não é o Brasil que nós queremos. Esse Brasil,

quem está construindo é o PT; não é a direita, não! É a extrema-esquerda.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para comunicado.) – Uma ótima tarde, presidente.

Primeiramente, para mim, é uma honra ver uma mulher presidindo esta sessão.

Quero deixar um abraço a todos os servidores e deputados.

Presidente, hoje é um dia muito especial. Recebi na minha residência o secretário de Governo José Humberto, os administradores de São Sebastião e do Jardim Botânico, nosso amigo Fauzi – presidente do DER-DF –, o doutor André, da Novacap, e nosso amigo Raimundo.

Foi um almoço abençoado por Deus. Quero externar publicamente meu agradecimento à minha esposa, que sempre cuida muito bem da residência, dos filhos, e tem um amor muito grande por mim. Quero retribuí-la e agradecê-la em público.

Durante o almoço, tratamos de várias demandas, tanto para São Sebastião quanto para o Jardim Botânico, conforme determinado pelo governador Ibaneis Rocha, que pediu aos secretários para fazerem um estudo. Já foi verificada a topografia e realizada a sondagem do solo na Avenida Zumbi dos Palmares. Também solicitei o trabalho de topografia na avenida do Capão Comprido, para que seja pavimentada e se dê dignidade aos moradores.

Tratamos, também, da rede de esgoto do Residencial Vitória, cuja população foi esquecida, por 30 anos, por vários governadores que passaram. Isso mesmo, aquela população está aguardando rede de esgoto há 30 anos.

Vamos lutar pela água encanada no Morro da Cruz, na Vila do Boa e em outros bairros.

Tratamos sobre a ligação do Morro da Cruz ao Pró-DF, que também sairá do papel. Discutimos sobre o hospital regional, pois saúde é tudo na nossa vida; sem saúde, não conseguimos trabalhar nem estudar.

Já foi autorizado, pelo governador Ibaneis Rocha, o recapeamento de toda a Avenida São Sebastião, cujo asfalto está podre e esburacado. Juntos, vamos reconstruir São Sebastião. Faremos diferente daqueles que tiveram a oportunidade de representar a cidade e só fizeram besteira, bobagem, abandonaram a cidade e se envolveram em corrupção. Nós iremos cuidar de São Sebastião e reconstruí-la.

Acredito na transformação do Distrito Federal por meio da regularização fundiária. Outros governadores só derrubaram casas, e nós estamos lutando. Nesta casa de leis, transformei meu gabinete em gabinete da regularização fundiária, porque, quando se regulariza a moradia, ganha o Estado e ganhamos, principalmente, nós, moradores, que passamos a ter segurança jurídica. Estamos lutando por isso.

O governo é um só, é para servir, fazer o bem e cuidar das pessoas que mais precisam.

Vários amigos e algumas lideranças de Ponte Alta do Gama me perguntaram: “Deputado, onde o senhor mora não há asfalto?” Realmente, não há asfalto. Onde eu moro não há água encanada. Isso mesmo, não há água encanada. Onde moro não há rede de esgoto. Mas, com nossa luta e articulação, estamos trabalhando para desenvolver o cinturão em volta de São Sebastião. Na capital federal, não é justo vivermos sem o direito básico assegurado na Constituição federal.

Vamos juntos. Peço o apoio desta casa e dos companheiros presentes para olharmos mais para essas cidades carentes do Distrito Federal, que não são somente Morro da Cruz, Capão Comprido e Zumbi dos Palmares. Há também o 26 de Setembro e a Ponte Alta, que sempre enfrenta derrubadas. Precisamos articular junto com o Governo do Distrito Federal para regularizar a área e levar dignidade a essas populações.

Presidente, para finalizar, nesta tarde quero agradecer a toda a equipe da Semob-DF a entrada do ônibus – o zebrinha – na avenida principal do Morro da Cruz.

Presidente deputada Paula Belmonte, estou muito feliz, porque estou lutando e trabalhando incansavelmente para levar dignidade a esse povo sofrido, do qual também faço parte. Saí de uma portaria de um condomínio para ocupar uma cadeira na Câmara Legislativa e não vou decepcionar

minha população.

Que Deus os abençoe! Contem com o nosso apoio.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Parabéns, deputado. Sabemos da sua luta, especialmente na região de São Sebastião e Morro da Cruz. É importantíssimo que o transporte traga dignidade. A instalação da CPI do Rio Melchior vai contribuir especialmente no que tange ao saneamento básico e à água potável para a população.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para comunicado.) – Boa tarde, senhoras e senhores parlamentares. Boa tarde, presidente. Boa tarde aos nossos colegas concursados. São só vocês? Pessoal, parabéns por estarem aqui até o final. É assim mesmo, servidor sofre desde o início. Ele sofre para passar no concurso; depois sofre para ser nomeado; após a nomeação, sofre para receber o salário em dia, e, quando finalmente recebe o salário em dia, sofre para ter condições de trabalho. Assim, é uma vida inteira de luta. Parabéns a todos!

Senhoras e senhores, quero falar sobre 2 pontos importantes. Hoje tive uma reunião com nossos colegas trabalhadores de uma empresa chamada Prime Home Care, que presta serviço para a Secretaria de Saúde realizando atendimento domiciliar. Até aí, tudo bem, isso é normal e já vem acontecendo. Houve uma licitação, essa empresa saiu, e a outra empresa que ganhou o certame entrou e começou a querer agir de forma errada, a querer quarteirizar o serviço. Isso significa que a empresa vencedora da licitação, em vez de contratar os trabalhadores pelo regime CLT, quer contratar cooperativas para que estas prestem os serviços. Há um detalhe: existe uma legislação específica que garante que os cooperados, que são sócios, recebam uma remuneração no mínimo equivalente ao piso da categoria, que no nosso caso é o piso da enfermagem. No entanto, essa empresa está fazendo um repasse para as cooperativas em um valor que, ao chegar às mãos do trabalhador, é muito inferior ao piso. Falam-se números, mas não vou me ater a eles, pois, além de vergonhosos, as informações estão desconstruídas. Sabendo disso e que a empresa não está cumprindo o que deveria ser feito, a Secretaria de Saúde, responsável pelo contrato, não pode fechar os olhos e permitir que as empresas contratem como bem entenderem. Essa é a responsabilidade indireta da Secretaria de Saúde.

Então, senhoras e senhores, o que estou fazendo? Estou notificando, denunciando ao Tribunal de Contas – porque se trata de dinheiro público – essa empresa, que deve ter o contrato cancelado e refeito, garantindo aos trabalhadores uma das 2 opções: ou contratação pela CLT, ou, se for por meio de cooperativa, que ela pague o piso previsto para os técnicos e enfermeiros. É só isso que queremos. Hoje, estou enviando essa notificação para o Tribunal de Contas para que avalie a situação, uma vez que se trata de dinheiro público e envolve as famílias que estão sendo assistidas.

Para piorar ainda mais, a empresa que está entrando coloca pessoas sem *expertise*, sem a devida experiência com esses pacientes. Recebi uma mãe que não quer a troca dos profissionais que cuidam do seu filho, pois se cria um laço muito próximo entre o profissional e o paciente que está sendo cuidado em residência. Isso não pode ser alterado de uma hora para outra. A assistência domiciliar é diferente, e isso não está sendo levado em consideração. Estão tratando os pacientes como objetos; trocam as peças como se fossem dominó. Não é assim que funciona.

Por tudo isso, queremos dar um basta e resolver essa situação – e há como resolvê-la. Basta cancelar o contrato ou que a Secretaria de Saúde convoque as empresas novamente e faça um contrato que contemple a remuneração dos trabalhadores. É isso que estamos fazendo.

Presidente, agressões estão sendo noticiadas em vários canais, seja depredação de patrimônios, seja agressão aos trabalhadores. Chega! É hora de dar um basta nisso. Como faremos isso, já que os trabalhadores não são preparados para se defenderem e os vigilantes contratados estão lá apenas para defender o patrimônio? Uma vez ou outra, o vigilante ajuda um colega que está sendo agredido, mas essa não é função dele.

Partindo desse princípio – e agora travando uma luta incansável pela segurança dos trabalhadores da área de saúde –, presidente, estou protocolando um projeto que visa garantir segurança privada aos trabalhadores da saúde da rede pública – é para a segurança deles e não do patrimônio. É inconcebível falarmos tanto de falta de segurança e não agirmos. Não adianta colocar um policial militar ou policial civil dentro do hospital, como antigamente – bons tempos aqueles –, porque não há efetivo suficiente para isso; mas podemos contratar segurança privada. Isso é possível. Os próprios vigilantes, se constar no rol de suas atribuições, podem fazer segurança pessoal. Que contratem mais seguranças, vigilantes, para garantir aos trabalhadores o exercício pleno de suas funções.

As pessoas vão trabalhar com medo! Recebi um colega no gabinete que disse: "Deputado, os nossos colegas técnicos de enfermagem e enfermeiros da UBS da Expansão de Samambaia estão adoecendo, porque são ameaçados; com isso, eles saem do posto de saúde, e ninguém quer ir para lá". Se nós tivéssemos segurança para garantir isso a eles, com certeza seria diferente.

É uma luta que nós vamos travar aqui. Eu, inclusive, peço o apoio de vossa excelência, presidente, para que nos ajude. Não é difícil. Há tantos cargos na saúde, há tantos cargos comissionados, há tanta coisa na saúde, por que ninguém pensou em colocar uma segurança privada? Nós temos seguranças nesta casa, todo mundo tem segurança, menos o profissional de saúde. Agora até no Corpo de Bombeiros, na Polícia Militar e na Polícia Civil há brigadista, há vigilante, além da própria polícia. E nós não temos nada! Só temos o vigilante, que muitas vezes está apenas com um cacete. Como uma pessoa dessas vai fazer a segurança? "Ah, mas o hospital é um ambiente tranquilo". Tranquilo onde? Ele está se tornando uma área de guerra, está se tornando um lugar onde as pessoas estão indo descarregar a raiva nos trabalhadores pelo não atendimento.

Hoje o servidor da saúde é o saco de pancada da sociedade. Se há briga por *a*, por *b*, por partido *a*, partido *b*, se o país está explodindo, eles vão ao hospital e vão quebrar o hospital, vão brigar com os profissionais de saúde, porque não está funcionando a saúde – como se a culpa fosse nossa. Vamos colocar segurança privada nos hospitais!

Além disso, também estou protocolando um projeto que visa sanções administrativas aos engraçadinhos que vão lá agredir pessoas. Entendemos a situação de uma pessoa doente, mas não dá para entender uma pessoa querer puxar uma faca, querer agredir mulheres – a maioria dos profissionais na saúde é mulher. Geralmente quem faz isso não é o paciente, é o acompanhante. Temos que ter esse cuidado com esses trabalhadores, porque são eles que vão atender as pessoas. Ora, vamos matar a galinha dos ovos de ouro? Como eu vou agredir o trabalhador que vai me atender? Isso é loucura! Não somos nós os culpados – não somos nós! E esse projeto visa justamente essas sanções às pessoas que agredem os profissionais de saúde, que cometem algum tipo de ilícito com os trabalhadores, com os servidores, como, por exemplo, não poder fazer concurso público por um período.

Eu fiz uma lei que expõe o agressor às mulheres. Estará no *site* a foto e o nome dele para as pessoas pesquisarem quem são os agressores de mulheres. O projeto de lei passou, foi sancionado. Agora nós vamos fazer uma lei também para sanções administrativas às pessoas que agredem os profissionais de saúde, porque não há profissão mais importante nessa vida do que uma profissão que salva vidas, porque a vida é a tutela, é o bem maior da sociedade.

Para concluir, se agredirmos, se dificultarmos o trabalho do profissional de saúde, a sociedade vai morrer.

Então, presidente, é isso que eu falo aqui iniciando a semana e já pedindo paciência à população. Que a população seja paciente com os nossos trabalhadores. Critiquem a política. Falem dos políticos, mas não agredam os trabalhadores da saúde. Não depredem os nossos órgãos, os nossos hospitais!

Quando houve depredação no palácio, houve até prisões. Entretanto, quando depredam um hospital, nada acontece. Hospital não vale nada, o que vale mesmo é o palácio dos reis.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Obrigada, deputado.

É importantíssimo que haja respeito ao servidor público. Mais importante ainda é haver servidores públicos para atender a população. Por isso, é importante a nomeação de técnicos de enfermagem, de enfermeiros, para que possamos ter, cada vez mais, uma saúde pública que atenda a população.

Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado Jorge Vianna. Conte comigo.

Eu quero, mais uma vez, dizer que esta Câmara Legislativa hoje fez uma homenagem ao nosso querido cidadão brasileiro Guilherme Cunha Costa. Deixamos a nossa solidariedade e o nosso abraço de conforto à família dele, à dona Clothilde, que é a mãe dele, uma católica fervorosa – o Guilherme também tinha muita fé –, e à nossa servidora aqui da casa, a senhora Eliana Cunha Costa. Que Deus abençoe e conforte a família!

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde  
BH – Belo Horizonte  
BRB – Banco de Brasília  
CEB Ipes – Companhia Energética de Brasília Iluminação Pública e Serviços S.A.  
CFGTC – Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle  
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CSA – Comissão de Saúde  
CTMU – Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana  
DER – Departamento de Estradas de Rodagem  
EPI – Equipamento de Proteção Individual  
EPI – Equipamento de Proteção Individual  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Ibram – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental  
ICTDF – Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal  
Idec – Instituto de Defesa de Consumidores  
IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal  
Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
PCC – Primeiro Comando da Capital  
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira  
PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial  
PDPAS – Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde  
PEC – Proposta de Emenda à Constituição  
PGR – Procuradoria-Geral da República  
PIB – Produto Interno Bruto  
Pró-DF – Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal  
Samu – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência  
Semob – Secretaria de Transporte e Mobilidade  
SPTrans – São Paulo Transporte S/A  
Sumob – Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade  
TOD – Transtorno Opositivo Desafiador  
TPD – Trabalho em Período Definido  
UBS – Unidade Básica de Saúde  
Urbs – Urbanização de Curitiba S/A

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 19/02/2025, às 17:29, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: **2023679** Código CRC: **133E9C2E**.